ISSN: 2358-8829

O CURRÍCULO NA CONDIÇÃO DE GUARDIÃO DA CULTURA E MEMÓRIA LOCAL: A PROPOSTA DO MUSEU DIGITAL, LABORATÓRIO DE MEMÓRIAS FAGUNDENSES

Vadelma Silva Melo[1]

INTRODUÇÃO

Este relato apresenta a experiência do Museu Digital, Laboratório de Memórias Fagundenses, projeto colaborativo realizado com o protagonismo de estudantes das três séries do Ensino Médio da ECI Joana Emília da Silva, em colaboração com professores, moradores e entusiastas da história local de Fagundes, no agreste da Paraíba, entre o segundo semestre de 2025 e outubro de 2026, com o projeto ainda em andamento.

A pergunta que orienta o trabalho é simples e provocadora: e se o currículo pudesse ser guardião da cultura e da memória local? A formulação desloca o currículo do lugar de lista de conteúdos a serem cumpridos e o recoloca como prática cultural situada, capaz de criar mecanismos de vivência e de experimentação com o lugar onde a escola existe. Não se trata de pergunta apenas metodológica, mas de uma pergunta sobre o que uma escola decide lembrar, e essa decisão nunca é neutra.

Fagundes é uma cidade pequena, rica em histórias, saberes e lugares de memória. A Pedra de Santo Antônio, a Igreja Matriz São João Batista, a praça central, o Açude Novo, o Antigo Cinema, a Revolta Quebra-Quilos, o Ronco da Abelha e o Quebra-Canos são patrimônios que vivem na fala dos mais velhos e na paisagem do cotidiano, mas que raramente entram na escola pelo portão do currículo. O risco desse afastamento é conhecido: quando a escola não guarda, a memória local se apaga silenciosamente. Sua profundidade histórica não é retórica. J. B. Dantas (2026) demonstra que a história do município remonta ao século XVII, anterior à consolidação de Campina Grande, e que o topônimo tem raiz na figura do soldado Francisco de Souza Fagundes, que liderou povos originários nos combates contra a ocupação holandesa no Nordeste e na Batalha dos Guararapes. A cidade atravessou ainda dois processos de emancipação política, em novembro de 1890 e em dezembro de 1961. Uma cidade que

[1] Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA). Professora da rede estadual de educação da Paraíba e da rede municipal de Fagundes. E-mail: vadelmamelo@hotmail.com.

ISSN: 2358-8829

precisou lutar duas vezes pela própria autonomia carrega uma tradição de protagonismo que não é conceito importado da pedagogia, mas marca inscrita em sua trajetória.

O objetivo deste relato é descrever e analisar o percurso de construção de um museu digital escolar que toma o território como fonte, os moradores como narradores e os estudantes como pesquisadores da própria cidade. Trata-se de projeto de intervenção pedagógica que adota a metodologia ativa e a pedagogia de projetos, uma vez que, como formularam Hernández e Ventura (1998), o conhecimento não se organiza por disciplinas isoladas, mas em torno de problemas e percursos que atravessam o currículo. A proposta articula três dimensões: memória, tratada como construção social e não como depósito de fatos; identidade, compreendida como processo em aberto que se fortalece quando os sujeitos reconhecem a própria história como legítima; e experimentação, assumida como princípio pedagógico, pois é pela vivência e pelo fazer que o conhecimento sobre o lugar se torna significativo. Seus quatro objetivos são catalogar e digitalizar o patrimônio material e as manifestações da cultura imaterial; desenvolver competências digitais nos estudantes; criar um espaço virtual de visitação e aprendizagem que estenda o museu para além dos muros da escola; e difundir junto à população local o uso do museu virtual. Ao catalogar, o estudante aprende a pesquisar; ao digitalizar, aprende a operar tecnologia; ao publicar, aprende a comunicar; ao difundir, aprende a reconhecer-se como parte da história que organiza. O projeto fomenta ainda o grupo de pesquisa Ativadores da Cultura de Fagundes, que reúne estudantes, professores e parceiros em torno da pesquisa e da difusão da memória local.

METODOLOGIA

Na prática, o projeto se organiza em duas frentes que se complementam: os módulos-aula, dentro da escola, e as aulas de campo, majoritariamente fora dela.

Os módulos-aula acontecem nas três aulas de oficinas extracurriculares semanais que integram a grade curricular da ECI Joana Emília da Silva, escola da rede estadual de ensino situada em Fagundes. Nesses encontros são articuladas as aulas de campo já realizadas, o planejamento das ações externas, a organização do material catalogado e a confecção dos cordéis temáticos e demais materiais de divulgação, como também oficinas de formação tecnológicas com o uso de óculos de realidade virtual. O fato de as oficinas integrarem a grade, e não constituírem atividade acessória, é decisivo para o argumento deste relato: o projeto não ocupa o tempo livre da escola, ocupa um espaço curricular legítimo. Uma ação que exista apenas no contraturno, sustentada pela boa vontade individual de um professor, desaparece

ISSN: 2358-8829

quando esse professor muda de escola; uma ação que ocupa a grade curricular permanece como política da unidade.

Os módulos-aula cumprem uma função de sistematização. É neles que o material bruto recolhido em campo, entre fotografias, gravações, transcrições e objetos digitalizados, é tratado e transformado em acervo, mediante ficha padronizada que registra denominação do item, localização ou referência de origem, data do registro, descrição, responsáveis e autorização de uso. Sem ficha, o material digitalizado se converte em amontoado de arquivos sem história, e um acervo sem história é apenas um arquivo.

É fora da escola que o projeto acontece na sua forma mais viva. As aulas de campo incluem aulas teóricas sobre patrimônio, memória e identidade; visitas e entrevistas com registros fotográficos e de vídeo; e experimentos com formação tecnológica, incluindo parcerias para a produção de um jogo digital que recorta a história de Fagundes e proporciona ao participante uma imersão na história local. Foram realizadas sete aulas de campo, que cobriram patrimônio material, patrimônio religioso, memória urbana e paisagem hídrica do município: a Praça Central Zuca Ferreira, a Paróquia São João Batista, a Pedra de Santo Antônio, a Romaria de Santo Antônio da Pedra, o Centro histórico, a Pedra do Letreiro e o Açude Novo. A diversidade dos percursos não foi acidental: permitiu que os estudantes percebessem que o patrimônio de uma cidade pequena não se limita aos monumentos consagrados, mas inclui a praça onde se realiza a feira, o caminho pelo qual a romaria passa e o açude que organiza a paisagem e a vida social.

A escuta da comunidade se deu por meio de onze entrevistas, com perfis deliberadamente diversos, de modo a não reduzir a memória local a uma única voz. Foram ouvidos guardiões da memória e entusiastas, como dona Leide Maria, socióloga e ex-secretária de Educação do municípioseu Nena da Chã, morador da cidade há mais de 60 anos; Edmilson Camilo e Samuel Dantas, profissionais da comunicação; pesquisadores e escritores, como José Bartolomeu Dantas, mestres da poesia como José Tenório e Francisco Silva; educadoras, como a professora Jadilma Nunes, o professor Rangel; e estudantes universitários do próprio município, como Lucas, do curso de História, e Lorruan, de Geografia. A presença de jovens universitários é significativa: indica que a pesquisa sobre a cidade deixou de ser tarefa exclusiva dos mais velhos. As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado, com questões abertas sobre a infância na cidade, os lugares de referência, as transformações da paisagem e os episódios que a comunidade aprendeu a lembrar, e cada depoimento foi gravado com autorização do entrevistado e acompanhado de carta de cessão de uso, procedimento que introduz uma

ISSN: 2358-8829

dimensão ética ao trabalho: quem narra a própria história tem direito de saber onde ela será publicada.

Entre as demais ações, destacam-se a aula com a professora Jadilma Nunes na praça central, sobre patrimônio; os saraus culturais, como a ação ao pôr do sol no Rancho do Matuto; os lançamentos de livros de Bartolomeu Dantas e de poesia de Francisco Silva, organizados pelo projeto; e os encontros sobre as memórias da cidade, como a FLIF 2026 e o encontro Retalhos Históricos de Fagundes. A avaliação se deu de forma processual, e não por prova, com base no caderno de campo, nos relatórios produzidos após as aulas de campo, na participação nas oficinas e nos produtos gerados, entre fichas de catalogação, cordéis e publicações no perfil do projeto: não se avalia a retenção de um conteúdo sobre Fagundes, mas a capacidade de pesquisar, registrar, interpretar e comunicar.

Módulos-aula e aulas de campo formam, assim, um percurso conectado ao lugar. O que se aprende em campo retorna à escola para ser tratado; o que se produz na escola retorna à comunidade para ser compartilhado. A escolha por esse desenho responde a uma compreensão sobre aprendizagem: o conhecimento sobre o lugar não se transmite, se percorre. É caminhando pela praça, ouvindo uma moradora, fotografando uma fachada, manipulando um óculos de realidade virtual que o estudante passa a ocupar a posição de pesquisador.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do projeto costura quatro lentes que respondem a perguntas distintas: o que é memória, quem é o sujeito da educação, o que é currículo e como se interpreta o patrimônio.

Halbwachs (2006) demonstra que a memória não é atributo individual isolado, mas construção social: lembramos a partir de quadros sociais que dão forma e sentido às recordações, o que significa que a memória é sempre situada, ancorada em grupos, lugares e práticas. Ricoeur (2007) articula memória, história e esquecimento, mostrando que o trabalho de rememoração envolve escolhas e que o esquecimento não é apenas falha, mas também efeito de relações de poder. Hobsbawm e Ranger (1984) evidenciam que tradições são frequentemente inventadas e institucionalizadas, o que exige postura crítica diante das narrativas que se apresentam como naturais. Essas contribuições sustentam uma decisão metodológica central: não se trata de coletar memórias como quem recolhe objetos, mas de compreender como as narrativas sobre a cidade se constituem, quais versões circulam e quais foram silenciadas. A controvérsia em torno da possível existência da Revolta Quebra-Canos oferece um caso exemplar desse problema. De um lado, há defensores de versões que descrevem o levante como

ISSN: 2358-8829

momento crítico de uma crise hídrica, atribuindo-lhe autoria, circunstâncias e desdobramentos relativamente definidos; de outro, há quem sustente que não existem provas, vestígios ou registros documentais do episódio, tratando-o como elaboração posterior, exagero ou rumor consolidado pela repetição. Diante desse impasse, o dado a ser registrado não é a veracidade do acontecimento em si, mas o percurso social pelo qual cada versão chegou até quem a narra. Quando um morador afirma que determinado acontecimento se passou em um lugar específico, no caso em questão, que a revolta jamais ocorreu, o que se investiga é a trajetória daquela afirmação, os canais que a transmitiram, os suportes que a fixaram e os interesses que a sustentam. Nesse sentido, a ausência de vestígios não encerra a questão, mas se converte ela própria em objeto de análise: interessa compreender como se produziu o silêncio, quem o sustentou e em que circunstâncias a memória do levante passou a ser disputada, de modo que tanto a afirmação quanto a negação do episódio sejam tratadas como narrativas historicamente situadas, e não como evidência imediata de fato ou de ficção.

Três episódios da história local ilustram esse caráter construído e disputado da memória. O primeiro é o Ronco da Abelha, movimento ocorrido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, que atingiu a Paraíba e províncias vizinhas em protesto contra a tentativa do governo imperial de implantar um censo demográfico por meio dos registros de nascimento, casamento e óbito, retirando da Igreja o direito de emiti-los e transferindo essa atribuição para cartórios controlados pelo Império (DANTAS, 2026). Lavradores, rendeiros e roceiros interpretaram a medida como pretexto para escravizar a população mais pobre, e o nome do movimento vem do som que os participantes emitiam ao atacar os prédios públicos. J. A. Dantas (2014) acrescenta que os revoltosos, organizados em grupos de mais de duzentos homens, invadiram a vila do Ingá e destruíram os livros e papéis encontrados na casa do juiz de paz, e que o movimento não possuía chefes nem ideologia pré-estabelecida, sendo a reação desinformada de uma massa que se via ameaçada pela nova realidade imposta pelo Império.

O desfecho, porém, reserva o dado mais significativo para este relato: em vez de punir os insurgentes, o presidente da província, Henrique Beaurepaire Rohan, decidiu premiar a população de Fagundes trazendo ao povoado a primeira escola de instrução primária. A escola pública em Fagundes nasce, portanto, como conquista de uma revolta popular. Esse fato reposiciona o sentido do projeto: o museu digital não ocupa um espaço neutro, mas uma instituição cuja própria existência é resultado da luta de lavradores e roceiros por dignidade. Guardar essa memória é reconhecer que a escola é, ela mesma, um lugar de memória.

O segundo episódio é a Revolta do Quebra-Quilos, iniciada em um dia de feira no povoado de Fagundes, em 14 de novembro de 1874, como protesto contra a imposição do

ISSN: 2358-8829

sistema métrico decimal e contra os impostos associados à sua adoção, e pacificada em agosto de 1875 após severa repressão das forças militares imperiais (DANTAS, 2026). J. A. Dantas (2014) identifica a liderança do movimento em João Vieira, conhecido como João Carga d'Água, e registra que a revolta irrompeu na serra do Bodopitá e desceu até a vila, onde os insurretos quebraram as medidas de madeira fornecidas pelo poder público municipal, documentando ainda a brutalidade da repressão, que deslocou canhões e empregou um instrumento de tortura conhecido como colete de couro, molhado e costurado ao tórax do suspeito, que ao secar apertava e matava a vítima por asfixia. O que interessa a este relato, porém, não é apenas o fato histórico, mas o modo como ele chegou ao presente: J. B. Dantas (2026) observa que uma versão equivocada do episódio atravessou mais de um século na fala dos moradores, atribuindo ao açude de Fagundes o lançamento dos pesos e das medidas que, segundo a documentação histórica, ocorreu no açude de Campina Grande. Esse detalhe é exemplar porque a memória coletiva não conserva o passado intacto, ela o reconstrói a cada geração, e é justamente por isso que precisa de guardiões atentos. O museu digital se propõe a ser um deles, sem desqualificar a versão dos moradores, porque o registro do equívoco é tão valioso quanto o registro do fato: ele mostra como a comunidade elaborou sua própria história.

O terceiro episódio aproxima essa memória do tempo presente. A Revolta do Quebra-Canos, citada anteriormente e supostamente ocorrida em 1983, quando a população de Fagundes quebrou os canos que a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba instalava para abastecer o distrito vizinho de Galante, remontava à construção da barragem na serra do Bodopitá, na década de 1950, destinada a Galante, mas incorporada a Fagundes com a emancipação de 1961. Como a cidade está situada acima do nível do reservatório, a água chegava às torneiras sem pressão, enquanto Galante, na parte baixa, era abastecida normalmente. O episódio envolveu apedrejamento de carros, tiroteio e uma vítima alvejada, e a imprensa da época retratou os fagundenses de modo pejorativo, chamando-os de índios e selvagens (DANTAS, 2014). Esse episódio interessa diretamente a este relato porque é memória viva: diferentemente do Ronco da Abelha e do Quebra-Quilos, o Quebra-Canos é lembrado por parentes de pessoas que relatavam ter vivido o episódio na cidade, algumas delas avós dos próprios estudantes. Trabalhá-lo no museu digital não é resgatar um passado distante, mas reconhecer uma história que atravessa as famílias da comunidade escolar.

A segunda lente é a educação libertadora de Freire (1996), que coloca a comunidade como sujeito do processo educativo e não como objeto de intervenção: ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para que o educando o produza ou o reconstrua. Os moradores não são fontes a serem extraídas, mas sujeitos que narram a própria história; os

ISSN: 2358-8829

estudantes não são receptores de um conteúdo sobre o passado local, mas pesquisadores que constroem interpretações e as submetem ao diálogo com a comunidade. A consequência prática aparece no modo de conduzir as entrevistas: o estudante não chega com questionário fechado, chega com escuta.

A terceira lente é o currículo crítico. Apple (2006) e Sacristán (2000) sustentam que o que entra na escola nunca é neutro: toda seleção curricular é resultado de disputas e expressa escolhas sobre o que uma sociedade considera legítimo transmitir. Selecionar a memória local é, portanto, decisão política e pedagógica. Ao incluir a Pedra de Santo Antônio, a Revolta Quebra-Quilos ou o Antigo Cinema no currículo, a escola afirma que essas histórias importam; ao excluí-las, afirma o contrário, ainda que silenciosamente. É por isso que a decisão de inserir as oficinas na grade curricular não pode ser lida como detalhe administrativo: ela é a tradução prática de uma posição teórica.

A quarta lente é a hermenêutica de Gadamer (1997), para quem interpretar o patrimônio é dialogar com o passado a partir do presente. A tradição não é um bloco fixo a ser preservado intacto, mas uma conversa em que o intérprete traz suas próprias perguntas. Essa compreensão evita dois riscos simétricos: o preservacionismo que congela o passado em uma versão única e autorizada, e o presentismo que dissolve o passado nas demandas do agora. O museu digital se situa entre esses dois extremos, como espaço de diálogo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A memória não pode ficar presa dentro da escola, e por isso o projeto circula em três frentes complementares.

A primeira é um perfil no Instagram, que mantém a interação com a comunidade e divulga o acervo em construção. O perfil reúne 1.518 seguidores, número expressivo para uma iniciativa escolar de município de pequeno porte, e esse dado interessa menos como métrica de vaidade digital e mais como indício de que a memória local desperta adesão para além dos muros da escola, incluindo moradores que já saíram da cidade. A segunda é a ação realizada na Festa da Pedra de Santo Antônio, com oferta de acesso e divulgação por meio de QR Codes, que registrou mais de 300 acessos ao museu digital a partir dos códigos distribuídos no local. Esse é o indicador mais significativo do conjunto, porque mede uso e não apenas alcance: comprova que o museu foi efetivamente consultado no território onde a memória é celebrada, por moradores e visitantes que estavam ali. A escolha metodológica coloca a tecnologia a serviço da comunidade, e não o contrário.

ISSN: 2358-8829

A terceira frente é a distribuição de cordéis temáticos autorais. Foram produzidos seis cordéis ao longo do projeto: A Lenda da Pedra de Santo Antônio; A Revolta do Ronco da Abelha; A Revolta Quebra-Quilos; A História do Açude Novo: da ciranda das águas ao pôr do sol; O Santo que escolheu a Pedra; e 45 anos de história da escola Joana Emília da Silva. No Nordeste, a literatura de cordel é, ela mesma, um veículo de memória, e sua escolha como suporte de divulgação não é acidental: aproxima o projeto de uma linguagem enraizada na cultura local. Essa escolha dialoga com uma tradição documentada, pois J. A. Dantas (2014) registra que a lenda da Pedra de Santo Antônio foi preservada nos versos do cordel de José Garcia Correia, poeta, enfermeiro e vereador de Fagundes, que fixou por escrito a narrativa transmitida oralmente por seu Chico da Pedra. Ao produzir novos cordéis, o projeto se insere nessa linhagem em vez de inaugurá-la, e reconhece que a comunidade já dispunha de tecnologias próprias de preservação antes de qualquer recurso digital.

Vale observar o que os títulos revelam. Quatro dos seis cordéis retomam exatamente os episódios e lugares analisados no referencial teórico: o Ronco da Abelha, o Quebra-Quilos, a Pedra de Santo Antônio e o Açude Novo. Isso mostra que a produção de divulgação não foi material à parte, produzido para cumprir tarefa: ela nasceu da pesquisa. Configura-se, assim, um ciclo em que investiga, transforma o achado em verso e devolve a história à comunidade na linguagem dela. É esse ciclo que dá sustentação à tese do currículo como guardião da memória, e ele evidencia uma compreensão do museu como prática e não como edifício: um acervo que ninguém consulta não preserva nada, apenas armazena.

O acervo construído no período se organiza em duas categorias analíticas. A primeira reúne treze itens catalogados e digitalizados, dos quais sete correspondem a patrimônio material e paisagístico: a Praça Central Zuca Ferreira, a Paróquia São João Batista, a Pedra de Santo Antônio, a Romaria de Santo Antônio da Pedra, o Centro histórico, a Pedra do Letreiro e o Açude Novo. A segunda reúne seis itens de memória imaterial e de episódios históricos: a Revolta Quebra-Quilos, o Ronco da Abelha, a Revolta do Quebra-Canos, o Antigo Cinema, o Açude do Gavião e o asfalto entalhado por mãos escravizadas.

Essa divisão não é apenas descritiva, ela é analiticamente relevante. O museu não se limita a catalogar lugares já reconhecidos como patrimônio: ele registra também acontecimentos e memórias que não têm monumento, e que por isso estão mais expostos ao esquecimento. Uma revolta popular não tem fachada, um cinema fechado não tem placa, e uma técnica construtiva apagada não tem nome na esquina. O caso do asfalto entalhado por mãos escravizadas é o mais eloquente: trata-se de um vestígio material da história escravizada da cidade, gravado na pedra, que foi recentemente coberto pelo asfalto. O item permanece no

ISSN: 2358-8829

acervo digital porque foi registrado antes do recobrimento, mas o suporte físico desapareceu sob o pavimento. O episódio oferece a evidência concreta do que a introdução deste trabalho afirma em termos abstratos: o apagamento não é metáfora, é processo em curso, e o museu digital é uma resposta a ele.

Na escola, o projeto mobilizou 33 estudantes ativos, sendo 11 da primeira série, 13 da segunda e 9 da terceira, além de 8 professores e da autora. O envolvimento de 42 pessoas diretamente no projeto é, em si, um dado relevante: sustenta a afirmação de que a proposta não se apoia em voluntarismo docente isolado, mas em um coletivo articulado. O fortalecimento identitário aparece com nitidez nas onze entrevistas, quando os estudantes descobrem que a memória que pesquisam está na casa ao lado, e o desenvolvimento de competências digitais se materializa nos treze itens catalogados e nos seis cordéis produzidos. Um resultado qualitativo merece registro, ainda que não se traduza em número: nos relatórios produzidos após as aulas de campo, aparece com frequência a formulação de que a cidade era vista como lugar sem história antes do projeto, o que indica que o currículo não apenas acrescentou conteúdo, mas alterou a relação afetiva e cognitiva dos estudantes com o território onde vivem.

Na comunidade, verificou-se ampliação da interação virtual e valorização da cultura local. Os 1.518 seguidores do perfil e os mais de 300 acessos por QR Code durante a Festa da Pedra de Santo Antônio indicam que o projeto encontrou público fora da escola, e os saraus, os lançamentos de livros e os encontros sobre memória local funcionaram como dispositivos de encontro entre gerações. No campo acadêmico, o resultado mais relevante é a construção de um modelo replicável de educação patrimonial mediada por tecnologia, que pode inspirar outras escolas de cidades pequenas. A replicabilidade não está na tecnologia empregada, mas no desenho metodológico: tomar o território como fonte, os moradores como narradores e os estudantes como pesquisadores. As sete aulas de campo demonstram que esse desenho é operacionalizável com os recursos de uma escola pública; nada no projeto exigiu equipamento de alto custo, mas tempo curricular protegido e disposição para ouvir a cidade.

Sobre o aspecto que diz respeito à viabilidade e à replicabilidade do modelo, a experiência mostra que a produção de um museu digital de memória local não depende de tecnologia de ponta, mas de recursos que uma escola já possui. No planejamento inicial, previa-se a compra de óculos de realidade virtual, pois se partia da suposição de que somente com equipamentos sofisticados seria possível construir esse tipo de acervo, que fosse atrativo. O percurso, no entanto, conduziu a outra conclusão. Ainda que a escola tenha recebido posteriormente um laboratório de realidade virtual, a necessidade desse recurso deixou de se colocar: o uso do Instagram, somado ao site que hoje abriga o material das memórias locais,

ISSN: 2358-8829

tem sido suficiente, tem produzido resultados e tem alcançado um público amplo e satisfatório para os propósitos do projeto. Trata-se, portanto, de um modelo replicável, de baixo custo relativo, sustentado por ferramentas de uso corrente e por uma equipe que se forma no próprio processo, o que o torna transferível a outras escolas com condições semelhantes. A dispensa de uma tecnologia cara, que se situa fora do orçamento e da realidade da rede, não é uma limitação do projeto, mas um resultado dele: a escolha das ferramentas foi feita a partir do que se mostrou efetivo, e não a partir do que se supunha indispensável.

Há também indícios de interesse para além do público imediato da escola. Um professor da cidade de Mari, próxima a João Pessoa, conheceu o projeto na Festa da Pedra de Santo Antônio, voltou ao município para conversar com o grupo responsável e fez o convite para que o trabalho fosse levado também para lá. O perfil do interlocutor reforça o alcance do gesto: docente de ciências agrárias, vinculado a uma escola técnica, não atua na área de história ou de memória, o que sugere que o interesse não decorre de afinidade disciplinar prévia. Não se trata apenas de aprovação, mas de uma solicitação concreta de replicação, e é esse tipo de circulação, de visitante que se torna interlocutor e depois proponente, que indica a transferibilidade do modelo.

Cabe registrar os limites da experiência. O projeto depende de condições institucionais favoráveis, de carga horária destinada às oficinas e da continuidade das parcerias locais, e a sustentabilidade do acervo no médio e longo prazo permanece como desafio. Há ainda uma assimetria a considerar: o indicador de acessos por QR Code mede a entrada no museu durante um evento específico, mas não informa o tempo de permanência nem o percurso de visitação, e o número de seguidores informa alcance potencial, não engajamento efetivo com o acervo. Reconhecer essas limitações é parte do rigor que o relato exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo com a tese que sustenta todo o trabalho: o museu digital transcende a inovação tecnológica. Ele é prática educativa e filosófica que ativa memórias, reforça identidades e projeta vivências comunitárias dialógicas. Guardar, aqui, não é congelar o passado: é mantê-lo vivo no currículo, nos estudantes e na cidade.

Os indicadores reunidos neste relato mostram que essa não é uma formulação teórica. Em pouco mais de um ano de trabalho, o projeto envolveu 33 estudantes e 8 professores, percorreu sete lugares de memória do município, ouviu onze narradores, catalogou treze itens, produziu seis cordéis e alcançou mais de 1.500 pessoas nas redes e mais de 300 acessos durante uma festa da cidade. São números modestos se comparados a projetos de grande porte, mas

proporcionais a uma escola pública de município pequeno, e sobretudo coerentes: cada indicador corresponde a uma ação formativa real. O que o projeto demonstra, em última análise, é que o currículo se torna guardião da memória quando a escola abre suas portas para os narradores da cidade, quando reconhece o território como fonte legítima de conhecimento e quando confia aos estudantes a responsabilidade de pesquisar, registrar e comunicar a própria história.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DANTAS, João Andrei. *Ressignificando os arquivos da cidade de Fagundes: história do povo e marcas da identidade cultural*. 2014. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

DANTAS, José Bartolomeu. *Fagundes: a história das origens e do passado aos tempos mais recentes*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.